Portaria nº 11 de 18 de março de 2024.

Regulamenta o disposto nos arts. 2º, IV, 4º, II, todos da Resolução nº 01/2021, para instituir a Procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Borda da Mata e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Borda da Mata, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a legislação correlata;

CONSIDERANDO a determinação constitucional ao Poder Público para criar medidas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher;

CONSIDERANDO o que foi adotado no julgamento definitivo da ADC 12 pelo STF, quando o Plenário declarou a constitucionalidade da resolução do CNJ acerca do nepotismo, cuja proibição decorre diretamente dos princípios da impessoalidade, da eficiência, da igualdade e da moralidade, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, que regem a administração pública, o que pode ser adotado ao caso como forma de dar cumprimento ao disposto no § 8º do art. 226 da Constituição Federal, na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, IV, da Resolução nº 01/2021, que instituiu o Centro de Apoio ao Cidadão (CAC), dispondo que competirá a este órgão desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades;

CONSIDERANDO a necessidade de criar políticas públicas voltadas para as mulheres;

CONSIDERANDO que a implantação de Procuradorias da Mulher em mais Municípios e em todas as Unidades Federativas reforça as ações de combate à violência e ajuda a ampliar o debate sobre o aumento da participação feminina na política;

CONSIDERANDO a necessidade de instituição de tarefas administrativas e gerenciais da rotina dos atendimentos e encaminhamentos de denúncias e a promoção de seminários e

audiências públicas periódicas para debater os mais diversos temas de interesses das mulheres;

## **RESOLVE:**

- Art. 1º. Instituir a Procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Borda da Mata-MG, vinculada ao Centro de Apoio ao Cidadão (CAC).
- Art. 2º A Procuradoria da Mulher será constituída por uma Procuradora da Mulher, designada(s) pelo Presidente da Câmara Municipal entre as vereadoras em exercício, e por servidora(s) designada(s) pelo Presidente.
- § 1º Compõe a Procuradoria da Mulher a assessoria jurídica da Câmara Municipal, que prestará todo o auxílio necessário ao desenvolvimento de suas atividades.
- § 2º Em caso de ausência de vereadora eleita para a legislatura, a Procuradoria da Mulher será representada por servidora(s) da Câmara Municipal de Borda da Mata-MG.

## Art. 3º – Compete à Procuradoria da Mulher:

- I contribuir para o enfrentamento das discriminações e violências contra a mulher, por meio do recebimento e da análise de denúncias e do encaminhamento dos casos aos órgãos competentes;
- II contribuir para a maior efetividade das políticas públicas, das ações e dos programas voltados para a equidade de gênero e para o enfrentamento das violências contra a mulher;
   III qualificar os debates de gênero e dar maior visibilidade às pautas e agendas de proteção e promoção das mulheres;
- IV fortalecer e divulgar a rede de proteção das mulheres e promover a igualdade de gênero;
- V Promover audiências públicas, seminários, cursos, palestras e debates, sobre violência, discriminação contra a mulher, empreendedorismo feminino, direito das mulheres, violência de gênero, dentre outros;
- VI Acompanhar reuniões, debates, agendas promovidas pelos órgãos que atendem e promovem políticas públicas para mulheres;
- VII Sugerir, fiscalizar e acompanhar a execução de programas do Governo Municipal que visem a promoção da equidade entre homens e mulheres, a promoção do empoderamento da mulher, bem como a implementação de campanhas da mulher, de âmbito municipal;



VIII – Organizar e divulgar a legislação relativa aos direitos das mulheres, inclusive a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 − Lei Maria da Penha, bem como zelar pelo seu cumprimento;

IX – Promover a integração entre o movimento de mulheres e a Câmara Municipal;

X – Propor medidas destinadas à preservação e à promoção da imagem e da atuação da mulher na Câmara Municipal;

XI — Emitir pareceres orientadores, quando solicitado pelas comissões permanentes da Casa, às proposições apresentadas na Câmara Municipal que afetem direta ou indiretamente a vida das mulheres;

XII – Representar a Câmara Municipal em solenidades e eventos, municipais, estaduais, nacionais ou internacionais especificamente destinados às políticas para valorização da mulher.

Art. 4º - Toda iniciativa provocada ou implementada pela Procuradoria da Mulher terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação da Câmara Municipal.

Art. 5º - O cargo de Procuradora da Mulher cessará automaticamente com o término do mandato de sua ocupante.

Art. 6° - Os mandatos das Procuradoras acompanharão a periodicidade da eleição da Mesa Diretora, podendo se estender por mais de uma legislatura, diante de eventual número escasso de vereadoras.

Harleny Junqueira Cobra
Presidente da Câmara Municipal de Borda da Mata/MG